

---

# Estabelecendo um Sistema de Controle de Compras

---

Beef Toolkit  
Nota Informativa 04



Versão 1.0



O Beef Toolkit (Conjunto de Ferramentas para a Carne Bovina) foi desenvolvido pelo **Proforest** como parte do Projeto de Demanda Responsável da Good Growth Partnership, graças ao apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF através do Fundo Mundial para a Natureza - WWF. Também reconhecemos o co-financiamento da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento através do CDP, bem como a contribuição financeira da McDonald's Corporation.



GOOD  
GROWTH  
PARTNERSHIP



proforest



Norad



Figura 1: A abordagem dos 5 elementos para a compra de carne bovina ambiental e socialmente sustentável

## Pontos Principais



- Os Sistemas de Controle de Compra operacionalizam a triagem legal, social e ambiental de produtores de carne
- Os sistemas de controle de compra automáticos podem alertar os frigoríficos sobre irregularidades relativas a políticas e conformidade
- Ao sinalizar violações da políticas e definir caminhos tanto para evitar a compra de fornecedores que não estão em conformidade como para resolver de forma positiva os problemas de não conformidade, os frigoríficos podem acelerar a implementação de políticas de compra responsável in loco

## Objetivos desta nota informativa

Esta nota informativa faz parte do guia Beef Toolkit: Compra responsável, uma abordagem de 5 elementos para a compra de carne bovina sustentável ambiental e socialmente (**Figura 1**), e Estabelecer Sistemas de Controle de Compra é um deles. As empresas que compram carne bovina podem ter políticas de compra responsável em vigor que definem os princípios e critérios sociais e ambientais para sua compra. Os sistemas de controle de compras podem ajudar na triagem de não conformidade com essas políticas, permitindo que os compradores tomem as medidas adequadas e, assim, cumpram seus compromissos com as políticas.

Esta nota informativa descreve as principais etapas e ferramentas testadas que as empresas do setor de carne bovina podem adotar para traduzir com eficácia os requisitos das políticas em sistemas que sinalizam o não cumprimento no nível de produção.

Isso pode desencadear ações não apenas para garantir a conformidade com as políticas, mas também para promover mudanças positivas. O foco está nas empresas que compram diretamente dos produtores e se baseia em ferramentas e abordagens que estão sendo usadas no Brasil para monitorar e avaliar os produtores de gado. As informações apresentadas neste documento também são úteis para as empresas no final da cadeia, pois fornecem um melhor entendimento dos desafios que seus fornecedores de carne bovina enfrentam, e também o que é possível esperar deles, uma vez que lança luz sobre as soluções potenciais para a implementação de políticas de compra responsável com a ajuda de sistemas de controle de compras. Além disso, esta nota informativa visa fornecer uma base para o diálogo entre as empresas no início e final da cadeia sobre objetivos e agendas.

Os principais tópicos abordados são:

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <b>1. Definição de um Sistema de controle de compras</b> | <b>2. Principais etapas e ferramentas para implementar esses sistemas (incluindo a definição dos requisitos mínimos, a criação de um sistema para monitorar e reintegrar fornecedores suspensos)</b> | <b>3. Principais desafios durante a implementação e uso do sistema e possíveis soluções</b> |
|--|--|---|

## 01 O que é um sistema de controle de compras?

Os sistemas de controle de compras (SCC) visam verificar a conformidade de uma compra com a política de compras de uma empresa. São ferramentas práticas que permitem às empresas monitorar e verificar os critérios definidos durante o processo de compra.

Normalmente, isso baseia em informações básicas dos fornecedores de gado, como o número de identificação do fornecedor e/ou qualquer referência geográfica da fazenda de produção. No contexto do Brasil, o CPF e o CNPJ são os números de identificação que vinculam ao fornecedor, enquanto o número do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e a Guia de Trânsito Animal (GTA) referem-se à fazenda<sup>1</sup>. Com essas informações, o cruzamento dos dados públicos (manual ou automático) permite que as empresas identifiquem fornecedores com não conformidades. Os detalhes desse processo serão apresentados nas seções a seguir.

A identificação dessas não-conformidades permite que a compra cumpra os compromissos, mas também pode tornar possível a colaboração entre a empresa e os fornecedores que não estão em conformidade para tratar destas e permitir a melhoria do desempenho.

O SCC é um sistema que pode ser usado por empresas no início da cadeia para examinar os pecuaristas. No entanto, esta abordagem também é útil para empresas no final da cadeia, uma vez que fornece uma base para que avaliem o SCC de seus fornecedores como uma forma de monitorar o progresso em relação aos seus próprios compromissos.

## 02 Principais passos e ferramentas para a implementação de sistemas de controle de compras

A figura a seguir (**Figura 2**) demonstra os passos para a implementação de um SCC.

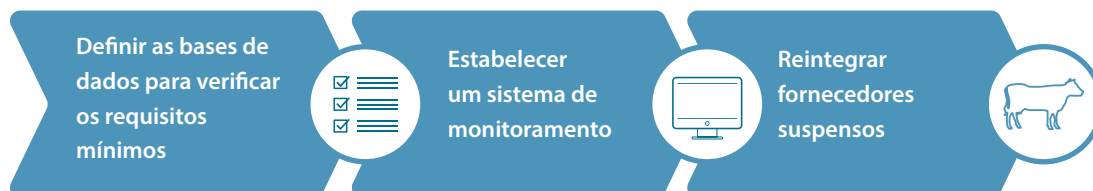


Figura 2: Principais passos para a definição de um sistema de controle de compras

### 2.1 Definir as bases de dados para verificar os requisitos mínimos

Um SCC visa selecionar os produtores de gado com base em critérios de política, desencadeando ações específicas dependendo do desempenho dos produtores. Os requisitos mínimos geralmente cobrem os requisitos legais e os compromissos das empresas compradoras de carne bovina para, por exemplo, conter o desmatamento e defender os direitos humanos na cadeia de fornecimento. Os requisitos são definidos considerando o seguinte:

- A viabilidade técnica de incorporar o monitoramento como parte do procedimento padrão para compra de produtores de carne bovina
- Os impactos financeiros no negócio
- Os impactos que os requisitos terão sobre os produtores e cadeias de fornecimento (potencialmente positivos e negativos)
- O apoio necessário para que os produtores atendam a todos os critérios

Depois de definir os critérios mínimos, é fundamental identificar as bases de dados disponíveis relacionadas com cada critério de compra e avaliar essas bases de dados em termos de:

- **Confiabilidade:** a fonte é reconhecida como confiável pelos stakeholders interessados no tema? Atende ou é comparável aos critérios estabelecidos por quaisquer iniciativas de padrão/certificação e compromissos públicos?
- **Frequência de atualização:** a frequência de atualizações de dados é suficiente para ser usada em um sistema automático?
- **Formato dos dados:** os dados são facilmente acessíveis para uso em termos de formato e armazenamento?

Além disso, a empresa precisará verificar se os dados públicos são suficientes para avaliar os critérios ou se medidas adicionais (por exemplo, verificação de campo ou consulta especializada) são necessárias para avaliá-los.

Esses sistemas podem ser auditados por terceiros, como empresas de auditoria ou por auditorias oficiais do governo. No Brasil, o Ministério Público faz auditoria pública em frigoríficos produtores de gado na Amazônia por meio do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia<sup>2</sup>.



## 2.1.1 O caso do Brasil

No Brasil, grandes frigoríficos estabeleceram critérios relacionados ao desmatamento e às violações sociais e ambientais.

Para avaliar esses critérios, os frigoríficos estão verificando os fornecedores de gado com base em listas oficiais e informações geográficas.

**A referência cruzada, por meio de análise tabular, pode incluir a verificação de fornecedores em relação a:**

- Listas governamentais de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA ou por Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs)
- A Lista de Trabalho Escravo do Governo Brasileiro;
- Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>3</sup>;
- Licenciamento Ambiental Rural (LAR), quando aplicável;
- Guia de Trânsito Animal (GTA);

**A análise geográfica também pode incluir a verificação de fazendas em relação a:**

- Sobreposições com Prodes<sup>4</sup>
- Sobreposições com Territórios Indígenas<sup>5</sup>
- Sobreposições com áreas protegidas

Juntos, esses critérios compreendem uma análise da informação territorial e não territorial. Se os produtores forem sinalizados como infratores de algum dos critérios mencionados acima, um sistema automático pode impedir que a compra seja realizada.

Em função do Compromisso Público da Pecuária - CPP e dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)<sup>6</sup>, diversos frigoríficos, incluindo os três maiores em operação no Brasil (Marfrig, JBS, Minerva), elaboraram sistemas de controle de compras que seguem a estrutura apresentada acima.<sup>7</sup>

É importante observar que até o momento esses critérios geográficos são aplicados apenas para a Amazônia, e que para outros biomas, como o Cerrado, apenas as listas (Lista de Embargos e Lista de Trabalho Escravo) e CAR estão sendo verificados. Porém, a Marfrig já está expandindo todo o sistema para o Cerrado, o que está expresso nos seus Objetivos, conforme detalhado no **Quadro 1**:

### Quadro 1 – Compromissos da Marfrig para o Cerrado

1

#### **D2. Ampliar o sistema de monitoramento utilizado no bioma Amazônia e adotar política de compras adaptada ao bioma Cerrado**

*Atingir 100% de fornecedores diretos no bioma Cerrado atendidos pelo sistema de monitoramento da Marfrig*

**Prazo: 2022**

#### **D2.3 Desenvolver e validar os critérios para bloquear fornecedores diretos que não estão em conformidade**

*Política de compras da Marfrig revisada e adaptada para cobrir os fornecedores do bioma Cerrado*

**Prazo: 2023**

Fonte: [https://www.marfrig.com.br/static/pdf/sustentabilidade/plano-marfrig-verde/Marfrig\\_Sustainability\\_BOA.pdf](https://www.marfrig.com.br/static/pdf/sustentabilidade/plano-marfrig-verde/Marfrig_Sustainability_BOA.pdf)

## Estabelecendo um sistema de controle de compras

Em 2020, foi lançado o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia<sup>8</sup> com o objetivo de harmonizar os compromissos existentes sobre o setor pecuário na Amazônia. O protocolo considera todos os critérios mencionados acima. Este protocolo é aplicado aos signatários do TAC da Pecuária (Pará), do TAC do Programa Carne Legal (Amazônia Legal) e do Compromisso Público da Carne (Bioma Amazônia), ou seja, frigoríficos e varejistas, e utiliza uma abordagem binária em que os fornecedores de carne que ali operam são avaliados quanto ao desmatamento<sup>9</sup>.

Além desses critérios, o protocolo inclui critérios de produtividade que ajudam a lidar com o risco de triangulação de gado<sup>10</sup>.

Alguns dos bancos de dados públicos são exibidos nos **Quadros 2, 3 e 4**.

### Quadro 2 – Bases de dados para avaliar o desmatamento

2

O IBAMA disponibiliza uma lista de fazendas e produtores que infringiram a legislação ambiental de alguma forma, incluindo desmatamento ilegal. No Brasil, é vedada a compra de áreas embargadas até que a situação seja normalizada. Os frigoríficos podem verificar seus fornecedores de gado com esta lista. As informações de embargo são atualizadas diariamente, por meio de visitas ao local embargado pelas agências de aplicação da lei.

A interface de consulta pública do IBAMA, intitulada "Consulta de Autuações Ambientais e Embargos". Ela possui uma barra de navegação com "Consulta Pública" selecionada. Abaixo, há opções para "Embargos" (selecionado) e "Autuações Ambientais". O filtro para busca permite escolher entre "Ambos" (selecionado), "Embargos por desmatamento" e "Outros embargos". Há três seções de pesquisa: "Pesquisa por Estado ou município" com campos para "Estado" e "Município", "Pesquisa por bioma" com campo para "Bioma", e "Pesquisa por Nome ou CPF/CNPJ" com campos para "Nome ou Razão Social", "Nome do Imóvel" e "CPF ou CNPJ". Botões "Consultar" e "Nova Consulta" estão na base.

O IBAMA sinaliza fazendas onde o desmatamento ilegal foi identificado por meio de imagens de satélite, sobrevoos e visitas de campo. No entanto, a lista do IBAMA abrange apenas as fazendas que passaram por todo o processo de fiscalização do órgão. Por isso, o Prodes, que também monitora a floresta amazônica brasileira e o Cerrado por satélite, pode ser utilizado para detectar situações de possível desmatamento.

A diferença é que a base de dados do IBAMA pode ser pesquisada com a identificação do fornecedor, enquanto a base de dados do Prodes requer o polígono ou localização do ponto da fazenda.

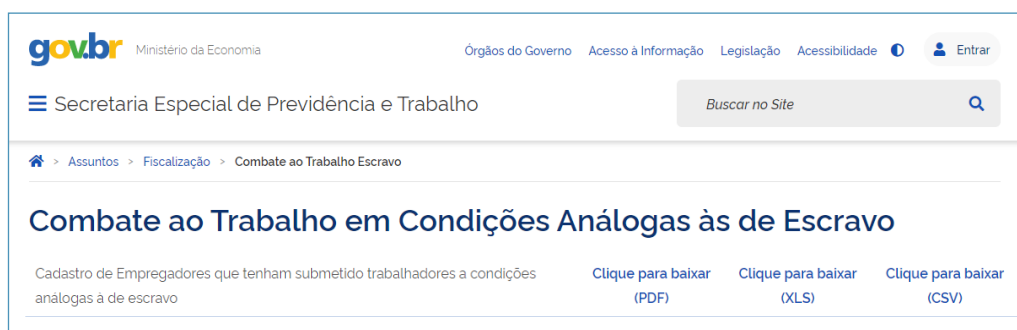
<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>



3

### Quadro 3 – Lista de trabalho escravo

O Governo brasileiro disponibiliza uma lista pública de fazendas (e outras empresas) onde seus agentes libertaram trabalhadores de práticas caracterizadas como trabalho escravo ou análogo ao de escravo. Os frigoríficos e os compradores de carne podem verificar seus fornecedores de gado usando esta lista, que geralmente é atualizada mensalmente. Essa é uma, mas não a única forma de evitar o trabalho forçado na cadeia da carne bovina, já que ele pode estar ocorrendo em fazendas não visitadas pelo Ministério Público por meio de suas operações de fiscalização.



gov.br Ministério da Economia

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

Buscar no Site

Assuntos > Fiscalização > Combate ao Trabalho Escravo

### Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo

Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo

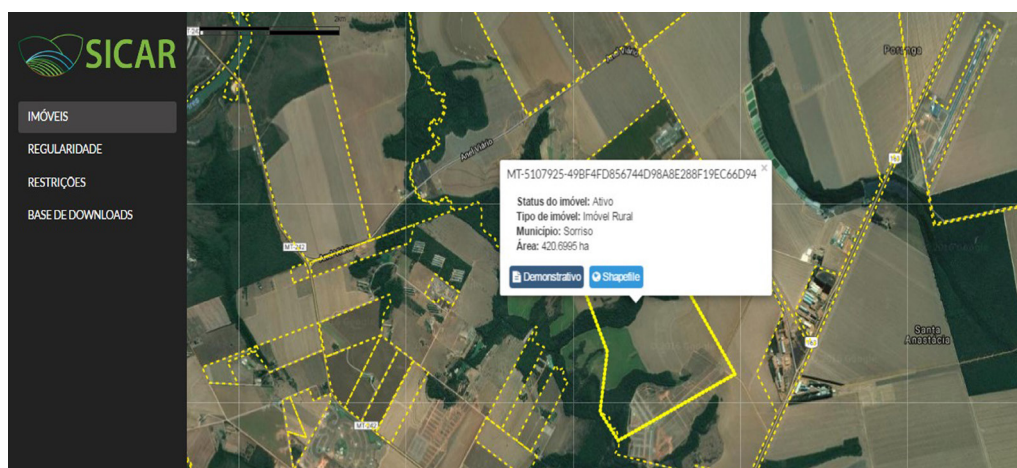
Clique para baixar (PDF) Clique para baixar (XLS) Clique para baixar (CSV)

<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/fiscalizacao/combate-ao-trabalho-escravo>

4

### Quadro 4 – Cadastro Ambiental Rural: primeiro passo para o cumprimento do Código Florestal brasileiro

Para estar em conformidade, todas as propriedades rurais do país precisam estar inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se de um cadastro eletrônico de limites de propriedades rurais, que pode ser utilizado como ferramenta de controle, fiscalização e combate ao desmatamento ilegal de florestas e demais tipos de vegetação nativa. O **Guia prático para análise do atendimento ao Código Florestal** do Proforest fornece mais informações sobre o Código Florestal Brasileiro



A primeira etapa compreende uma auto declaração do proprietário sobre os limites do terreno. Em seguida, o órgão ambiental deve validar os limites declarados verificando a documentação e os limites dos vizinhos. Isso significa que as informações mais confiáveis são encontradas em CARs validados, ao invés de declarações iniciais. Essa diferenciação pode ser verificada na plataforma CAR.

<https://www.car.gov.br/#/>

## Estabelecendo um sistema de controle de compras

Resumo das ferramentas disponíveis para cobrir os requisitos de compra responsável no contexto do Brasil:

| Possíveis requisitos   | Referências  |
|--|--|
| <b>Sem violações dos requisitos ambientais legais</b>                            | <p>Lista de embargos: listas oficiais de produtores monitorados por órgãos ambientais de forma remota (informações SIG - Sistema de Informações Geográficas - Prodes) e por meio de fiscalizações com detecção de irregularidades ambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• lista do IBAMA de áreas embargadas, disponível em: <a href="https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php">https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php</a></li><li>• Informações sobre áreas embargadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade disponível em: <a href="https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s">https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s</a></li><li>• Lista de áreas embargadas de agências ambientais estaduais</li></ul> |
| <b>Não envolvido com desmatamento ilegal ou conflitos fundiários na Amazônia</b> | <p>Lista Amazônia Protege: lista oficial de agricultores com processos judiciais relacionados ao desmatamento ilegal e conflitos fundiários, com base em informações do SIG (dados do Prodes), <a href="http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/">http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/</a></p>   |
| <b>Sem desmatamento no bioma Amazônia</b>  | <p>Prodes Amazônia: informações oficiais sobre o desmatamento na Amazônia <a href="http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation">http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation</a>. Esta plataforma apresenta apenas informações de desmatamento acumulado. Os dados de anos específicos podem ser baixados em: <a href="http://terrabilis.dpi.inpe.br">http://terrabilis.dpi.inpe.br</a> e requerem capacidade de SIG para análise.</p> <p>Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER): DETER é um sistema que processa imagens de satélite e emite alertas de desmatamento quase em tempo real para direcionar a fiscalização ambiental na Amazônia. <a href="http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter">http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter</a></p>  |
| <b>Sem conversão no bioma Cerrado</b>  | <p>Prodes Cerrado: informações oficiais sobre a conversão de habitats naturais no Bioma Cerrado, <a href="http://www.dpi.inpe.br/fpcerrado/">http://www.dpi.inpe.br/fpcerrado/</a></p> <p>Ferramenta de Avaliação do Polígono de Desmatamento do Cerrado (DPAT Cerrado): compilação do desmatamento detectado pelos sistemas PRODES-Cerrado e DETER-Cerrado, <a href="https://www.cerradodpat.org/#/">https://www.cerradodpat.org/#/</a></p>   |
| <b>Sem trabalho forçado</b>  | <p>Lista suja de trabalho forçado: lista oficial de agricultores monitorados por órgãos públicos com problemas detectados relacionados ao trabalho forçado, <a href="https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/fiscalizacao/combate-ao-trabalho-escravo">https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/fiscalizacao/combate-ao-trabalho-escravo</a></p>  |
| <b>Cumprimento do Código Florestal brasileiro</b>                                | <p>Cada propriedade rural precisa estar inscrita no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR). As empresas podem solicitar um número CAR ativo. Cadastros disponíveis em: <a href="http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index">http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index</a></p>  |
| <b>Sem sobreposição com territórios indígenas</b>                                | <p>Informações sobre territórios indígenas disponíveis em:</p> <p>FUNAI: órgão público responsável pela questão indígena, <a href="http://www.funai.gov.br/index.php/shape">http://www.funai.gov.br/index.php/shape</a></p> <p>Plataforma do Instituto Socioambiental (ISA): uma compilação de dados sobre terras indígenas <a href="https://terrasindigenas.org.br/">https://terrasindigenas.org.br/</a></p>  |
| <b>Sem sobreposição com assentamentos e territórios quilombolas</b>              | <p>Informações sobre assentamentos e territórios quilombolas disponíveis em:</p> <p>INCRA: órgão público responsável pelos assentamentos <a href="http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py">http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py</a></p>   |

## 2.2 Estabelecer um sistema de monitoramento

Os sistemas automáticos, que usam dados publicamente disponíveis (como os discutidos acima), geralmente são a melhor opção para empresas que compram de um grande número de fornecedores. Porém, requer investimento em soluções de TI (tecnologia da informação).

Depois de definir os bancos de dados a serem usados, é melhor definir como o sistema de monitoramento funcionará (**Figura 3**).



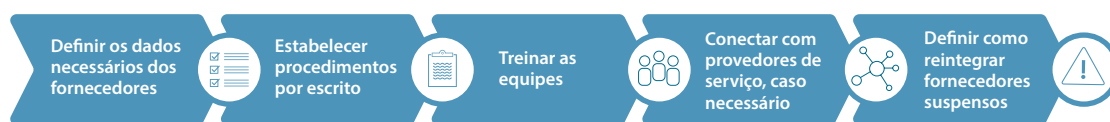


Figura 3: Principais atividades para estabelecer um Sistema de monitoramento

- A** Identificar quais dados do fornecedor são necessários para avaliar os bancos de dados (por exemplo, número de identificação do fornecedor, coordenadas geográficas da fazenda).
- B** Definir procedimentos por escritos que estejam vinculados ao sistema, definindo:



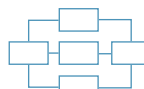
**QUEM -**

Funções de coleta de dados de fornecedores, execução da análise, análise de fornecedores suspensos, reintegração de fornecedores;



**COMO -**

Documentos a serem preenchidos e validados e ações a serem tomadas;



**QUANDO -**

Fluxo passo a passo;

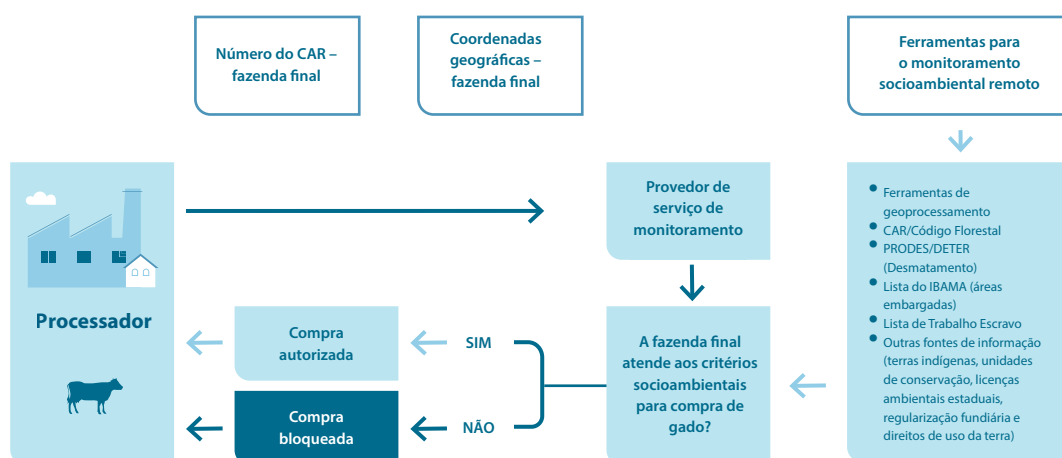


**POR QUE -**

Material de apoio explicando os requisitos.

- C** Treinar as equipes de sustentabilidade e comercial de acordo com o procedimento definido.
- D** Vincular o sistema de monitoramento ao existente sistema de gestão de fornecedores. No caso de sistema automático fornecido por entidade terceirizada, verificar se haverá necessidade de conectar o sistema do provedor aos sistemas das empresas, como sistemas de faturamento ou sistemas de contratos, para garantir o fluxo de informações (Figura 4). Nesse caso, é importante verificar se há questões de sigilo em termos de compartilhamento de dados.
- E** Antes de o sistema começar a funcionar, defina o que acontecerá a um fornecedor se for considerado não conforme. Os fornecedores que não estão em conformidade devem ser acionados e investigados mais detalhadamente (consulte a seção 2.3) antes de qualquer decisão sobre a suspensão ser tomada. Considere que falsos positivos podem acontecer, portanto, o engajamento de fornecedores que não estão em conformidade deve permitir que eles apelem caso acreditem que o sistema esteja errado.

A Figura 4 ilustra um fluxo de informações entre o frigorífico e o prestador de serviço de Sistema de Informações Geográficas - SIG. Este é um fluxograma genérico; há casos em que outros prestadores de serviço também participam do fluxo de informações.



Fonte: Nota Informativa 9: Monitoramento Socioambiental da Pecuária no Brasil, onde 'fazenda final' significa a última fazenda antes do abatedouro.

Figura 4: Fluxo de informações entre a empresa e o prestador de serviço

## Estabelecendo um sistema de controle de compras

Existem diversos prestadores de serviços no Brasil que apoiam as empresas na configuração de seu sistema de controle de compras. Eles fornecem uma plataforma onde a equipe de compras/sustentabilidade da empresa insere os dados do fornecedor (por exemplo, o CPF ou outro número de identidade (ID) ou o ID e a referência geográfica da fazenda) e a plataforma verifica os bancos de dados públicos.

É importante observar que os sistemas de controle de compras dificilmente serão suficientes para cobrir integralmente os compromissos definidos pela empresa. Isso se deve ao fato de que eles cobrem apenas fornecedores diretos (ver Nota Informativa 1 'Entendendo a Cadeia de Fornecimento de Carne Bovina') e também devido a lacunas nos dados disponíveis publicamente. Portanto, a empresa precisa definir meios complementares de monitoramento e verificação, que podem incluir o estabelecimento de uma estrutura para engajar e analisar fornecedores indiretos (veja um exemplo no **Quadro 5**) em combinação com o sistema de controle de compras.

Uma vez que o sistema de monitoramento estiver estabelecido, os fornecedores de gado podem ser avaliados.

### Quadro 5: Blockchain da JBS

5

A JBS está estabelecendo um sistema de blockchain para estender aos demais elos da cadeia produtiva os mesmos critérios socioambientais que hoje aplicam aos seus fornecedores na Amazônia. Este sistema irá cruzar informações sobre os fornecedores da empresa com dados de transporte de gado. Mais informações disponíveis em:

<https://jbs.com.br/juntospelaamazonia/iniciativas/plataforma-verde/>

A **Diretriz Operacional sobre Monitoramento e Verificação** da Iniciativa Accountability Framework é uma boa referência para construir um sistema completo de monitoramento e verificação e a Nota Informativa: **Monitoramento Socioambiental da Pecuária no Brasil** do Proforest explora aspectos gerais dos sistemas de monitoramento no setor de carne bovina.

A **Diretriz Regional para o Avanço das Cadeias de Fornecimento de Carne, Couro e Soja Livre e Sem Conversão na Amazônia e Cerrado Brasileiro e Gran Chaco da Argentina e Paraguai** da Colaboração para Florestas e Agricultura (CFA) é outra referência que estabelece definições alinhadas que podem informar o desenvolvimento da política da empresa e, conseqüentemente, o desenvolvimento do seu SCC.



## 2.3 Reintegrar fornecedores suspensos

Ter clareza sobre o que acontece quando uma não conformidade é sinalizada é fundamental para apoiar a rápida tomada de decisão ao implementar compromissos de política. Os fluxogramas de tomada de decisão geralmente ajudam neste processo.

O não cumprimento normalmente leva à suspensão automática das compras. No entanto, simplesmente bloquear as compras e retirar o fornecedor que não está em conformidade da lista pode criar obstáculos adicionais para os frigoríficos que precisam adquirir volumes de matéria-prima e, então, enfrentarão uma redução no fornecimento. Tampouco isso resolve as questões sociais ou ambientais in loco, uma vez que os produtores de gado podem encontrar compradores alternativos com políticas menos rígidas. Portanto, quando um produtor de carne bovina é sinalizado pelo sistema de controle de compra, é uma boa prática tentar verificar o seguinte:

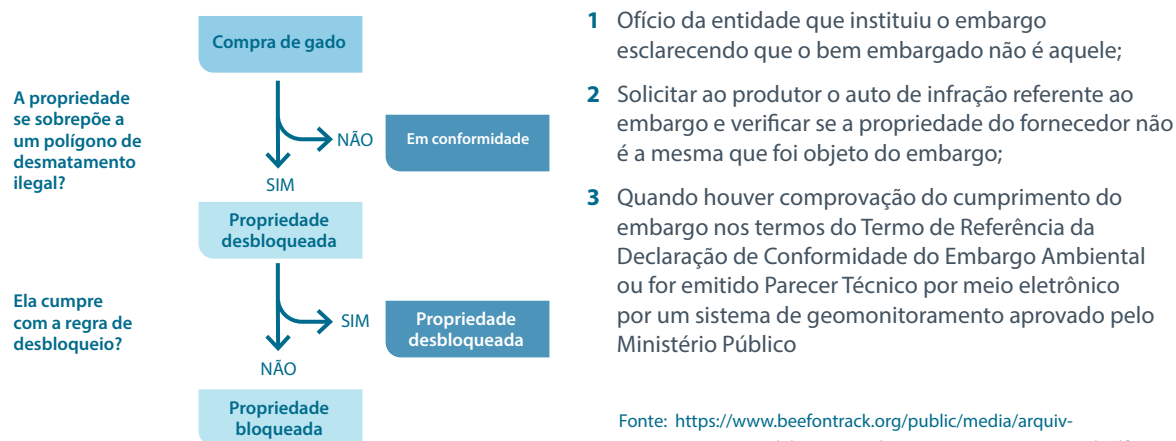
- Qual é o problema identificado?
- Quais são as possíveis causas estruturais?
- O não cumprimento pode ser confirmado por uma avaliação mais minuciosa, por ex. por meio de uma avaliação individual de detecções automáticas ou mesmo uma avaliação do local para verificar violações graves? (Tenha em mente que para problemas que podem ser identificados usando imagens de satélite, a avaliação do local é geralmente a segunda melhor opção. É mais fácil ter certeza da extensão e localização relativa do desmatamento via SIG do que in loco.)
- É um problema que pode ser resolvido no curto a médio prazo (por exemplo, o primeiro passo para o cumprimento do Código Florestal Brasileiro: registrar-se no Cadastro Ambiental Rural)?

Dependendo do caso, a melhor abordagem para atender às necessidades de fornecimento e metas de sustentabilidade de uma empresa deve ser engajar o fornecedor de gado em não conformidade, fornecendo suporte para que ele possa prosseguir para alcançar a conformidade total. Um plano de ação com indicadores mensuráveis e um cronograma razoável para colocar o fornecedor em conformidade com a política corporativa do comprador pode ser mutuamente acordado.

O Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia sugere requisitos para a retomada das compras de fornecedores suspensos. O comprador deve monitorar a implementação do plano de ação, reavaliar a conformidade do fornecedor e reintegrar o fornecedor de gado na cadeia de fornecimento, uma vez que os critérios mínimos sejam atendidos (ver um exemplo no **Quadro 6**).

**Quadro 6 - Exemplo de desbloqueio de propriedades que não estão em conformidade bloqueadas por Embargo Ambiental do Ministério Público**

**6**



## 03 Principais desafios e possíveis soluções

| Desafios   | Possíveis caminhos a serem explorados  |
|--|--|
| <p><b>Engajando equipes de compras.</b></p> <p>Os requisitos de sustentabilidade aumentam a complexidade das decisões de compra, por isso é fundamental que as equipes de compras entendam a importância e o valor disso e estejam totalmente empenhados em sua implementação.</p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão, suporte e comunicação da liderança sobre os compromissos das empresas</li> <li>• Explicar claramente os critérios de compra responsável na política corporativa interna</li> <li>• Incluir atividades na descrição do trabalho das equipes de compras, bem como KPIs vinculados às metas do programa de compra responsável</li> <li>• Certificar-se de que todos os envolvidos em atividades de compra responsável tenham tempo, capacidade e um mandato claro.</li> <li>• Se possível, automatizar a triagem de critérios sociais e ambientais mínimos e a decisão de permitir ou não a compra, para apoiá-la e torná-la mais eficiente</li> </ul>   |
| <p>Os <b>fazendeiros ou fazendas que não estão em cumprimento podem violar o sistema</b>, compartilhando dados enganosos com o frigorífico</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Certifique-se de que as informações do proprietário do imóvel são as que estão sendo capturadas pelo sistema. A lista de embargos do IBAMA e a Lista de Trabalho Escravo do MPT são ambas relacionadas ao proprietário do imóvel; no entanto, nem sempre é a mesma pessoa com quem a transação comercial é feita</li> </ul> <p>Execute verificações adicionais para identificar o risco de triangulação, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar o cumprimento dos proprietários adicionais para a mesma fazenda de origem, dos parentes do fornecedor e dos arrendatários.</li> <li>• Considerar se a proporção produção pecuária/área de produção estão dentro da média do setor.</li> </ul> |
| <p><b>Falta de critérios claros fora da Amazônia</b></p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Defina critérios claros de acordo com as diferentes regiões de compra.</li> <li>• O Proforest e o Imaflora estão desenvolvendo um protocolo voluntário para o Cerrado até junho de 2021, que pode apoiar as empresas no avanço do monitoramento do Cerrado.</li> </ul>  |
| <p>A complexidade da cadeia de fornecimento de gado (por exemplo, milhares de fazendas, mercado spot, difícil acesso) representa um <b>desafio para os frigoríficos se engajarem com os produtores</b> em qualquer programa de melhoria contínua ou para apoiar seu processo de reintegração</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar fornecedores usando metodologias de mensuração (scorecard) e registros de risco</li> <li>• Considerar o desenvolvimento ou engajamento em iniciativas setoriais e em escala de paisagem. Unir forças, em bases pré-competitivas, para superar essas dificuldades são caminhos potenciais para lidar com as complexidades da cadeia de fornecimento.</li> </ul>  |



**A utilidade dos sistemas de controle de compras para empresas no final da cadeia**

Essas boas práticas e recursos são direcionados principalmente para empresas no início da cadeia. No entanto, as empresas no final da cadeia devem avaliar a adoção, escopo e implementação de um SCC dos fornecedores no início da cadeia como um indicador de progresso em seu próprio compromisso. Isso pode ser feito como parte do processo de engajamento do fornecedor junto com outros requisitos e indicadores mínimos (ver Beef Toolkit Briefing Note 03 'Envolve os fornecedores').

Embora os sistemas de controle de compra possam não ser suficientes para avaliar os compromissos totais das empresas, eles são ferramentas importantes para a implementação de práticas de compra responsável, pois permitem meios padronizados de avaliação e, se automatizados, podem executar avaliações para grandes bases de fornecimento de forma eficiente.

## Aprenda mais e nos ajude a melhorar

Mais informações estão disponíveis nas referências abaixo e no site [www.beef toolkit.net](http://www.beef toolkit.net)

Compartilhe conosco qualquer informação que seja relevante para melhorar esta nota informativa entrando em contato com [beef toolkit@proforest.net](mailto:beef toolkit@proforest.net).

## Agradecimentos

Proforest gostaria de agradecer às seguintes pessoas e organizações por suas contribuições e comentários nas versões anteriores deste documento:

Lisandro Inakake de Souza ([Imaflora](#))

Fernanda Coletti, Isabele Goulart, Tomasz Sawicki ([CDP](#))

Pedro Amaral ([Mars](#))

---

## Créditos das Fotos

**Todas (C) Proforest**

## Referências

- 1 A Guia de Trânsito Animal (GTA) é um formulário exigido pelo governo que deve informar a movimentação do gado de uma fazenda para outra ou para o abatedouro. É utilizado para rastrear saneamento e saúde animal e tem sido utilizada como fonte confiável de informações geográficas, pois inclui detalhes da propriedade de origem dos animais como identidade do fornecedor, identidade da propriedade, município e estado. O modelo da GTA pode ser encontrado no link <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/transito-animal/arquivos-transito-internacional/ModelodeGTA.pdf>
- 2 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Meio Ambiente e Patrimônio Cultural com participação de frigoríficos e varejistas, e apoio do Imaflora, 2020. Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia. Disponível em: [https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597065710-guidelines\\_compliance\\_monitoring\\_protocol.pdf](https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597065710-guidelines_compliance_monitoring_protocol.pdf)
- 3 Como primeiro passo para o cumprimento do Código Florestal, os produtores precisam se cadastrar no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para obter mais informações, consulte: **Guia Prático para a análise de atendimento ao Código Florestal**
- 4 O PRODES é um projeto do governo brasileiro que monitora o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal Brasileira e produz taxas anuais de desmatamento para a região desde 1988 para a Amazônia e desde 2000 para o Cerrado. O Prodes para os biomas Amazônia e Cerrado podem ser avaliados através do seguinte link: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>
- 5 Terras indígenas são pela lei brasileira territórios protegidos atribuídos aos povos indígenas, que podem produzir neles (inclusive gado). Informações sobre territórios indígenas podem ser encontradas em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.
- 6 Compromisso Público da Pecuária - CPP é um compromisso público firmado por frigoríficos e promovido pelo Greenpeace, e o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC é um plano de ação juridicamente vinculado para o cumprimento da lei, firmado entre o Ministério Público e cada abatedouro.
- 7 Amigos da Terra (AdT), 2020. Tac da carne no Pará e Compromisso Público da Pecuária - A Importância da Rastreabilidade da Carne na Redução dos Desmatamentos na Amazônia. Disponível em: [https://www.amigosdaterra.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ADT-tac-compromissos\\_final.pdf](https://www.amigosdaterra.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ADT-tac-compromissos_final.pdf)
- 8 O protocolo foi elaborado pelo 4º Conselho de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com participação da indústria de carnes e varejistas, com apoio do Imaflora e foi baseado nos seguintes documentos: Termo de Ajustamento de Conduta do Estado do Pará (2009), Termo de Ajuste de Conduta da Amazônia Legal (2010), G4 Acordo de Pecuária - Critérios mínimos para operações com bovinos e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia (2009) e Proposta de protocolo harmonizado de geomonitoramento de frigoríficos (2009 - documento não disponibilizado para o público)
- 9 Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, 2020. Rastreabilidade da Cadeia de Carne Bovina no Brasil - Desafios e Oportunidades - Relatório Final e Recomendações. Disponível em: [www.coalizaobr.com.br/home/photocadownload/documentos/A-rastreabilidade-da-cadeia-da-carne-bovina-no-brasil-desafios-e-oportunidadesestudo-completo.pdf](http://www.coalizaobr.com.br/home/photocadownload/documentos/A-rastreabilidade-da-cadeia-da-carne-bovina-no-brasil-desafios-e-oportunidadesestudo-completo.pdf)
- 10 “A triangulação, também conhecida como ‘esquentamento’ ou ‘lavagem’ do gado, permite que os produtores que se encontram em situação ilegal vendam o seu gado como se estivessem dentro da lei. (...) No momento da venda de um lote a um frigorífico, o produtor deve apresentar o GTA, que mostra a origem do gado. Como o pecuarista sabe que o frigorífico não aceitará animais de áreas embargadas, o pecuarista utiliza a GTA de outra fazenda, considerada ‘limpa’ (...)” (4º Conselho de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural com participação de carnes frigoríficas e varejistas e apoio do Imaflora, 2020).

### Referências adicionais

- Accountability Framework initiative, 2020. Operational Guidance on Monitoring and Verification. Disponível em: [https://s30882.pcdn.co/wp-content/uploads/2020/09/OG\\_Monitoring\\_Verification-2020-5.pdf](https://s30882.pcdn.co/wp-content/uploads/2020/09/OG_Monitoring_Verification-2020-5.pdf)
- Collaboration for Forests and Agriculture (CFA), 2019. Regional Guidance for Advancing Deforestation-Free and Conversion-Free Beef, Leather, and Soy Supply Chains in the Brazilian Amazon and Cerrado and the Gran Chaco of Argentina and Paraguay. Disponível em: <https://app.box.com/s/vw9knd9vkl8zejog3klv63ys1zslh2oe>
- JBS, 2020. Plataforma Verde da JBS. Disponível em: <https://jbs.com.br/juntospelaamazonia/iniciativas/plataforma-verde/>
- Marfrig and IDH, 2019. Plano Marfrig Verde. Disponível em: [https://www.marfrig.com.br/static/pdf/sustentabilidade/plano-marfrig-verde/Marfrig\\_Sustainability\\_BOA.pdf](https://www.marfrig.com.br/static/pdf/sustentabilidade/plano-marfrig-verde/Marfrig_Sustainability_BOA.pdf)
- Proforest. Briefing 9: Monitoramento socioambiental da Pecuária no Brasil. Disponível em: [https://proforest.net/proforest/pt/bn09\\_final\\_port\\_web.pdf](https://proforest.net/proforest/pt/bn09_final_port_web.pdf)



GOOD  
GROWTH  
PARTNERSHIP



proforest



Norad



Este trabalho foi criado por Proforest e está licenciado sob a Licença Internacional "Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0". Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>